

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.334 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 2001



Jorge Amado e sua obra receberão nova homenagem em sessão especial do Senado

Plenário homenageia Jorge Amado, o contador de histórias da Bahia

O Plenário do Senado aprovou ontem voto de profundo pesar pela morte do escritor baiano Jorge Amado, ocorrida segunda-feira. Por quase duas horas, 22 senadores manifestaram-se enaltecendo a obra de Amado, sua condição de autor brasileiro mais conhecido internacionalmente e a militância política como deputado constituinte em 1946.

“Jorge Amado jamais deixou de amar e ser amado por sua terra”, disse o senador Antonio Carlos Júnior, primeiro signatário do requerimento de pesar.

PÁGINAS 6 A 8



Depois de receber documentos do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, os senadores Jefferson Péres e Romeu Tuma viajam a Manaus

Senadores vão a Manaus investigar denúncia contra Jader

Jefferson e Tuma viajam amanhã para ouvir testemunhas sobre telefonema em que deputado teria intermediado cobrança de propina para liberar financiamento da Sudam. Ontem, Geraldo Brindeiro entregou documentos relativos ao caso Banpará.

PÁGINA 9



Comissão aprova o Código do Contribuinte

PÁGINA 3



A Comissão de Assuntos Econômicos (*foto maior*) aprovou emendas ao projeto de Jorge Bornhausen, que vai agora ao Plenário

CAE

Ministros são chamados a explicar o acordo com FMI

Requerimentos convocando os ministros Pedro Malan e Mar-tus Tavares a detalhar ajuste firmado com o Fundo Monetário Internacional foram aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos.

PÁGINA 4

CCJ

Restrição ao uso de MPs começa a ser debatida hoje

O relatório de Osmar Dias sobre a proposta que limita edição de medidas provisórias será examinado hoje pela CCJ. Osmar deve propor mudanças no texto aprovado pela Câmara.

PÁGINA 5

Alunos do ensino médio e fundamental poderão ter aula de Informática

Se aprovado pelo Plenário da Casa, projeto de lei será encaminhado à sanção presidencial

O Senado deve votar hoje projeto oriundo da Câmara dos Deputados que inclui conteúdos e práticas de informática nos currículos dos ensinos médio e fundamental. O texto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e leva em conta o fato de que a vida e o trabalho no mundo moderno requerem conhecimentos de informática.

Relator da matéria na Comissão de Educação, o senador Nilo Teixeira Campos (PSDB-RJ) disse que, infelizmente, no Brasil as profundas desigualdades econômicas e sociais impedem o acesso de grande parcela da população a esses benefícios. No seu entender, é essa também a razão pela qual parte significativa da sociedade tem dificuldade de ingressar no mercado de trabalho.

Na mesma sessão, o Senado vota



Relator na CE, Nilo Teixeira apresentou parecer favorável

projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que permite aos hospitais universitários cobrar o atendimento hospitalar dispensado a pacientes cobertos por planos de saúde. De acordo com o projeto, os recursos resultantes das internações deverão ser integralmente utilizados na manutenção e recuperação

desses hospitais.

Em turno suplementar, será votado projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que equipara, em termos de arrecadação previdenciária, os condomínios de produtores rurais, estabelecidos para contratar mão-de-obra, aos produtores individuais. O objetivo é incentivar o emprego no campo, garantindo aos empregados os benefícios da Previdência e propiciando aos empregadores custos compatíveis com a sazonalidade dessa atividade.

Otávio quer avaliação sobre serviços de telecomunicações

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) reúne-se hoje, às 18h, para examinar 13 decisões do Tribunal de Contas da União (TCU) referentes a inspeções e auditorias promovidas em instituições e obras em todo o país.

Relatório apresentado pelo senador Luiz Otávio (sem partido-PA), relacionado a auditoria operacional realizada no sistema de telecomunicações brasileiro, propõe solicitação ao TCU para que seja feito um estudo comparativo da qualidade de serviços entre o sistema de telecomunicações atual e o anterior.

O senador pede também que o tribunal verifique o cumprimento das metas contidas nos contratos de concessão. Os relatores dos demais itens ofereceram pareceres pelo arquivamento.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 2001

Presidente
Senador Edison Lobão (interino)

12h30 — Recebe Ventsislav Anguelov, embaixador da República da Bulgária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 100/00, acrescenta parágrafo ao artigo 26 da Lei nº 9.394/96 (dispondo sobre a inclusão da matéria de informática nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus); PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; PLC nº 27/01, dá nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep); PDLs autorizando a execução de serviço de radiodifusão comunitária; substitutivo ao PLS nº 75/00, altera a Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; e Requerimento nº 256/99, da senadora Emilia Fernandes, solicitando o sobrestamento da tramitação do PDL nº 4/99, que aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre os governos do Brasil e da Indonésia, até que os conflitos envolvendo aquele país sejam melhor esclarecidos.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: apreciação em turno suplementar do substitutivo ao PLS nºs 526/99 (tramita em conjunto com o PLS nº 538/99), altera os artigos 3º e 9º da Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes afins; PLS nº 227/00, inclui, na Lei nº 8.406/92, artigo que estabelece a gratuidade da emissão de extratos bancários referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); PLS nº 236/00, acrescenta dispositivos à Lei nº 6.530/78, que regulamenta a profissão de corretor de imóveis e disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização; PLS nº 272/00, exclui das restrições impostas à utilização da Mata Atlântica o perímetro urbano dos municípios situados nas áreas por ela abrangidas; PLS nº 57/01, altera o artigo 36 do Decreto-Lei nº 221/67, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca; PLS nº 4/01, altera o valor do salário mínimo a partir de 1º de abril de 2001; PLC nº 21/01, que dispõe sobre a gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) Jericoacoara; PLC nº 69/00, acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); PLS nºs 287 e 569, de 1999, dispõe sobre a concessão de desconto no valor de passagens para maiores de 60 anos; determina desconto de 50% nas tarifas de passagens aéreas para maiores de 60 anos; e substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 284/89, que dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a remuneração, a responsabilidade civil e as garantias dos depósitos de rejeitos radiativos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

1ª parte: audiência pública com a presença do jurista Ives Gandra da Silva Martins, para debater a reforma do Judiciário.

2ª parte: PEC nº 1-B/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição federal; PLS nº 44/01 — Complementar, altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 68/91; PR nº 82/00, que dispõe sobre a polícia do Senado Federal; emendas nºs 1 a 4 da Câmara ao PLS nº 112/88, concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 anos; emendas nºs 9 e 10 de Plenário oferecidas ao PLS nº 242/00, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições; PEC nº 3/99, altera dispositivos constitucionais para incluir, na competência da União, a instituição do imposto sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, vinculando a receita dele decorrente para obras no sistema nacional de viação para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis; PEC nº 56/99, altera a Constituição federal para reduzir para quatro anos o mandato de senador e estabelecer a idade mínima de 28 anos como condição de elegibilidade para os cargos de presidente, vice-presidente e senador; PEC nº 12/01, dispõe sobre o Fundo de

Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PLC nº 13/98, revoga o art. 4º do Decreto-Lei nº 911/69, que trata da alienação fiduciária; PLC nº 32/01, dispõe sobre o tempo de direção do motorista de caminhões e ônibus trafegando em rodovias; PLC nº 90/00, altera o artigo 22 da Lei nº 4.591/64, que dispõe sobre o condomínio em edificação e as incorporações imobiliárias (mandato de síndico); PLC nº 53/00, dispõe sobre o desmembramento dos conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Requerimento nº 291/01, do senador Eduardo Suplicy, solicitando ao ministro da Fazenda informações sobre os resultados financeiros — balancetes mensais dos bancos FonteCindam, Marka, Modal, Boa Vista e Pactual, durante os anos de 1997 e 1998; Requerimento nº 302/01, do senador Eduardo Suplicy e outros, solicitando ao ministro da Fazenda informações sobre os cotistas e acionistas dos fundos de investimentos, principalmente de juros e câmbio, mais lucrativos, dos bancos FonteCindam, Marka, Modal, Boa Vista e Pactual, durante os anos de 1997 e 1998; Requerimento nº 230/01, da senadora Marina Silva, solicitando ao ministro da Fazenda informações sobre a lista de todas as operações de crédito externo realizadas com o setor privado brasileiro, de 1990 à presente data; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP) e altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal); entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: apreciação de diversos Avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em vários órgãos públicos. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

PREVISÃO PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 44/01 — Complementar, altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 68/91 (Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus — Suframa); PDL nº 212/01, aprova o envio à República Argentina de contingente militar do Exército brasileiro, composto de 42 militares, para participar de um exercício de adestramento em operações de paz; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 25/00, altera o art. 75 da Constituição federal, para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; substitutivo do Senado ao PLS nº 75/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica; PDLs autorizando a execução de serviço de radiodifusão comunitária; Parecer nº 650/01, sugerindo que os parâmetros a serem observados pelo Brasil no processo negociador da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a ser iniciado em maio de 2002, seja objeto de estudo pela Comissão de Assuntos Econômicos; Requerimento nº 391/01, do senador Gerson Camata, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 318/99 e 211/00, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 393/01, do senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 3 e 12, de 2000, e 14/01, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quinta-feira

9h30 — Reunião da Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia

Pauta: exposição do ex-secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia, Peter Greiner; do diretor da Ilumina, Roberto Pereira D' Araújo; e dos presidentes Cláudio Ávila da Silva, da Eletrobrás, e Eduardo José Bernini, do Comitê do MME, para debater sobre o tema "Modelo Estrutural do Setor Elétrico". *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — CPI do Futebol

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
Presidente em exercício: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreira Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Código do Contribuinte vai ao exame do Plenário

Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer do relator, senador Bello Parga, sobre as emendas que haviam sido apresentadas ao projeto em Plenário: do total de 21, três foram acolhidas e 18 rejeitadas com alterações

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do senador Bello Parga (PFL-MA) sobre as emendas apresentadas em Plenário ao projeto de lei que institui o Código de Defesa do Contribuinte. De um total de 21 emendas, 18 foram rejeitadas e três acatadas com modificações, segundo o relator, "para garantir o espírito do projeto original", de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). A nova redação do projeto será agora submetida ao Plenário, de onde seguirá para a Câmara dos Deputados, no caso de aprovação.

Antes da votação do parecer, foi discutido e rejeitado requerimento verbal do senador Pedro Simon (PMDB-RS) propondo adiamento da votação do parecer do relator por um período de 30 a 60 dias para um aprofundamento da discussão sobre o tema. Simon queria convocar para uma audiência pública na CAE o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, dirigentes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Unafisco) e representantes dos contribuintes, para discutir o teor das emendas propostas ao projeto.

Durante a reunião, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) leu parecer técnico emitido pelo Fórum Nacional do Fisco, no qual os auditores assumem posição rigorosa-

samente contrária à aprovação do projeto. Os auditores, a exemplo dos senadores opositoristas que integram a CAE, acham que o novo código deverá estimular em muito a sonegação fiscal no país, "já extremamente elevada". Eles entendem que as medidas propostas implicam imobilização da máquina fiscal e neutralização dos meios necessários à cobrança de impostos.

Os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ), Paulo Hartung (PPS-ES), Jefferson Péres (PDT-AM), Eduardo Suplicy (PT-SP), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e José Alencar (PMDB-MG), juntamente com Heloísa Helena, defenderam a aprovação do requerimento de Simon. Nenhum deles se disse contra a aprovação do código, mas defenderam uma discussão mais profunda, para que não se acabe por aprovar "um código de defesa do sonegador", como diz Pedro Simon.

Em sua argumentação, contudo, Jorge Bornhausen lembrou que secretários estaduais de Fazenda e a própria Receita Federal haviam sido ouvidos pela CAE sobre o projeto. Por duas vezes, o secretário da Receita, Everardo Maciel, deixou de comparecer à comissão, preferindo enviar suas considerações por escrito, as quais foram avaliadas pelo autor e pelo relator da matéria.

Como nos países mais democráticos

Na defesa da manutenção da estrutura básica do seu projeto e pela aprovação do parecer do relator, Bornhausen voltou a afirmar que o novo código introduzirá o Brasil na modernidade dos países mais democráticos, seguindo o exemplo dos Estados Unidos e da Espanha. Ele disse que o código atuará, sobretudo, em defesa dos pequenos contribuintes, que não têm condições de pagar advogados caros para se defenderem do arbítrio e dos abusos do fisco. Como exemplo, citou que, na legislação atual, o contribuinte que quiser contestar uma cobrança fiscal, primeiro terá de depositar em caução de 30% do valor cobrado, mesmo que essa cobrança seja indevida. Pior ainda, acrescentou, o fisco hoje tem poder de colocar a polícia numa empresa e de eternizar uma averiguação fiscal sobre um contribuinte,

inviabilizando suas atividades.

Bornhausen esclareceu que, com o novo código, a polícia somente poderá intervir numa empresa mediante decisão judicial. O fisco, por sua vez, não poderá negar-se a emitir certidão negativa para uma empresa que esteja contestando judicialmente um débito tributário. Essa empresa também não poderá ser impedida de ter acesso às linhas oficiais de crédito e nem ser proibida de participar de licitações públicas, antes que haja uma decisão judicial que a considere inadimplente.

Os senadores Arlindo Porto (PTB-MG), Bernardo Cabral (PFL-AM), José Agripino (PFL-RN), Ney Suassuna (PMDB-PB) e o líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), foram unânimes na defesa do parecer de Bello Parga, manifestando-se contrários ao adiamento da votação.



O autor do projeto, Jorge Bornhausen (à direita), conversando com Ney Suassuna e Romeu Tuma

Acolhida indicação de Zymler para o TCU

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem parecer do senador José Agripino (PFL-RN) acolhendo a mensagem do presidente da República que indica o auditor Benjamin Zymler para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Na sabatina a que se submeteu perante os senadores membros da comissão, Zymler se disse comprometido com a modernidade do TCU, e defendeu relacionamento mais estreito com o Legislativo, de modo a garantir melhor nível de fiscalização das contas públicas.

Zymler, que é servidor concursado do TCU, diplomou-se

engenheiro eletricitista pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), e bacharel em Direito pela Universidade de Brasília, onde fez curso de mestrado na mesma área. Atualmente ele é também professor de Direito Administrativo e de Direito Constitucional.

Ao declarar seu voto favorável à indicação, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) disse fazer votos para que o provimento dos cargos de ministros do TCU e de conselheiros dos tribunais de Contas dos estados contemple cada vez mais as pessoas que entraram naqueles organismos por concurso público, como é o caso

de Zymler.

Em resposta ao senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da comissão, que disse defender a montagem de um sistema de parâmetros de custos das iniciativas públicas constantes do Orçamento da União (de hospitais, estradas, etc.), a exemplo do que existe na Inglaterra, Zymler disse que aquele órgão está atento a esse assunto e já mantém, inclusive, alguns acordos de cooperação técnica com o Reino Unido.

A mensagem presidencial será submetida agora à deliberação do Plenário.



O presidente da CAE, Lúcio Alcântara, entre Bernardo Cabral (D) e o novo indicado para o TCU, Benjamin Zymler

Ministros explicarão acordo com FMI

A convocação de Pedro Malan, da Fazenda, e Martus Tavares, do Planejamento, foi aprovada ontem pela CAE. Eles também falarão sobre o crescimento da dívida pública interna

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem dois requerimentos convocando os ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão, para darem explicações sobre o último acordo firmado entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI), no valor de US\$ 15 bilhões, e o crescimento da dívida pública interna.

Em um dos requerimentos, os senadores Paulo Hartung (PPS-ES), Heloísa Helena (PT-AL), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Lauro Campos (PDT-DF) assinalam que a audiência visa abrir espaço para debater e avaliar os termos do acordo e o seu impacto sobre a economia brasileira, principalmente diante de notícias de que foram exigidos novos sacrifícios do Brasil para a concessão do empréstimo.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA), autor do outro requerimento, pretende que o ministro Malan explique por que a dívida líquida do setor público ultrapassou o equivalente a 51% do Produto Interno Bruto (PIB), apresentando tendência de cresci-



Heloísa Helena conversa com Roberto Saturnino durante a discussão, na CAE, dos requerimentos de convocação

mento. Ele lembrou que o próprio ministro havia garantido, diversas vezes, que essa relação não ultrapassaria 45% do PIB.

Ademir afirma que o atual governo vem bancando uma política econômica que depende

fundamentalmente de capitais externos de curto prazo e de alta volatilidade (que podem deixar o país a qualquer momento). Para o senador, a política de dependência de capitais externos comandada pelo ministro da Fa-

zenda elevou a dívida a patamares nunca antes verificados, com o propósito apenas de cumprir as metas acertadas com o FMI, "trazendo conseqüências nefastas para o crescimento econômico".

Roraima deverá ter pólo de desenvolvimento

O Senado aprovou ontem projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) autorizando o Poder Executivo a criar, no município de Cantá, em Roraima, distrito agropecuário destinado a desenvolver atividades agrícolas e de colonização, turismo, mineração, preservação e pesquisa. O texto agora vai à deliberação da Câmara.

Com a criação do pólo de desenvolvimento, Jucá entende que será possível o aumento da oferta de alimentos nos mercados da Amazônia Ocidental, o aproveitamento regional dos recursos naturais, a diminuição dos custos de produção e a comercialização de produtos agrícolas e extrativistas, além da criação de empregos na região.

A aprovação foi antecedida da manifestação de parlamentares contrários ao projeto. O senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que a iniciativa põe em risco a compreensão do que seja o princípio federativo, visto que, segundo disse, será excluído o papel do estado na busca do desenvolvimento do município. Ele recomendou que o Senado não crie ilhas de desenvolvimento municipal anulando a participação dos estados.

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) afirmou ter a mesma preocupação, assim como o senador Luiz Otávio (sem partido-PA), que disse ter dúvidas sobre os resultados da criação de pólos de desenvolvimento cujos projetos terão de ser avaliados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), e não pelo estado. "Se o distrito agropecuário sujeitar-se às diretrizes da Suframa, isso é praticamente uma intervenção branca no estado", analisou.

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) propôs que a votação fosse adiada, para que os senadores de Roraima promovessem reunião com o secretário de Planejamento do estado e técnicos da Suframa sobre o assunto. Jucá defendeu o projeto, insistindo que a proposta "não cria um quisto no estado".



Jucá avalia que o distrito agropecuário criará novos empregos

CAS examina gratuidade de extratos do FGTS

A gratuidade da emissão de extratos bancários referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), marcada para as 9h. O projeto, que será votado em caráter terminativo, é de autoria do senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

Outro item da pauta da CAS em caráter terminativo é o projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que responsabiliza as empresas proprietárias ou concessionárias de represas pela produção e distribuição de alevinos em suas áreas de atuação.

Também em análise conclusiva pela CAS está projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) – atual ministro da Integração Nacional –, que objetiva que as pessoas com mais de 60 anos tenham desconto de 30% nas passagens aéreas, rodoviárias, ferroviárias e marítimas.

Iris cobra do governo garantia de "preço justo" para o leite

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) conclamou o governo federal a tomar medidas enérgicas contra a política das grandes empresas distribuidoras e processadoras de leite de diminuir o preço pago aos produtores. A decisão, segundo disse, tomada de maneira cartelizada, ocorre num momento em que o campo está na entressafra, em que o custeio do rebanho custa mais caro ao produtor.

– O governo federal não pode aceitar que as multinacionais do setor decidam baixar, de 40 centavos para pouco mais de 20 centavos, o preço do litro pago ao produtor. Se concretizada, essa decisão vai quebrar a maior parte dos produtores de leite, em especial os pequenos e médios. Serão muitas milhares de famílias prejudicadas em sua renda e milhões de trabalhadores correndo o risco de perderem seus empregos rurais – afirmou.

Segundo Iris, é grave que empresários estejam usando o racionamento de energia elétrica como pretexto para a "adoção dessa medida esdrúxula". Ele lembrou que, nos últimos anos, o governo incentivou os produtores de leite a investirem na melhoria genética do rebanho e em equipamentos para garantir a

qualidade do produto, como ordenhadeiras elétricas e unidades de resfriamento. "Agora, com renda menor, não conseguirão pagar seus empréstimos bancários."

O senador afirmou que o governo não pode permitir, agora, que os produtores que atenderam ao seu chamamento "fiquem sem rumo", dependendo da decisão "de três ou quatro grandes empresas" para escoar seu produto. "Todos sabem que essas multina-



Segundo Iris Rezende, empresas querem pagar apenas 20 centavos pelo litro de leite

cionais podem importar leite subsidiado da Europa para suas indústrias, podendo prescindir da produção brasileira. Mas cabe ao governo federal barrar essa estratégia, que penaliza a economia nacional",

disse Iris Rezende.

Em aparte, os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC), Heloísa Helena (PT-AL) e Lauro Campos (PDT-DF) protestaram contra a política classificada de lesiva aos interesses nacionais e aos produtores de leite.

Para Maguito Vilela (PMDB-GO), se o governo não socorrer os produtores de leite, o Senado deverá propor uma CPI para investigar a questão.

Cândido cobra plano de cargos do governo federal

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) criticou ontem, em discurso no Plenário, a “omissão do governo” em criar plano de cargos e salários para os funcionários civis da Marinha. Cândido explicou que a Lei nº 8.112, promulgada em 1990, determina que todos os servidores federais tenham seus planos de carreira, mas essa categoria estaria “esquecida” até agora.

— Espero sensibilizar o Executivo federal para que envie ao Senado, o mais rápido possível, projeto de lei com o objetivo de dar um basta ao sofrimento dos servidores civis das Forças Armadas,

que há mais de dez anos esperam por seus direitos — afirmou.

Ao informar que o sindicato dos servidores está encaminhando denúncia ao Ministério Público Federal sobre o descumprimento da legislação, Cândido enfatizou que apóia a luta do sindicato, pois “é ultrajante que uma categoria seja ignorada, como se não existisse”.

Geraldo Cândido afirmou ainda que o descaso do governo federal, ao não reajustar os salários dos servidores federais há quase sete anos, vai levar a categoria a declarar greve geral no próximo dia 22.

Senador aponta autoritarismo de comandante

Geraldo Cândido considerou autoritária a decisão do comandante do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, contra-almirante Lauro Reis Salgado, de cancelar audiência com o parlamentar — marcada para o último dia 5 de junho — sob o argumento de que também estaria presente o representante do Sindicato dos Servidores Civis nas Forças Armadas, Jaime Bona, que pretendia discutir reivindicações da categoria.

— O modelo hierárquico da organização militar, baseado em disciplina e altivez, merece todo o respeito pela moralidade que administra a conduta do militar. Todavia, não pode servir de justificativa para impedir o bom diálogo, principalmente quando se tra-



Geraldo Cândido: modelo hierárquico da organização militar não pode impedir diálogo

ta de garantir direitos trabalhistas — declarou Geraldo Cândido.

O senador disse ter enviado novo ofício ao Ministério da Defesa solicitando audiência em conjunto com Jaime Bona.

Segundo o parlamentar, a atitude do comandante mostrou-lhe a necessidade de estar sempre atento às preocupações do trabalhador, que muitas vezes é tratado “como mero pedinte, por falta de respeito das autoridades às suas honestas reivindicações”.

Reabertura do projeto Anauá tem elogio de Jucá

O líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), manifestou sua satisfação pela reabertura do projeto Anauá, em Rorainópolis (RR), que irá beneficiar mais de 600 pessoas com projetos de crédito, regularização de lotes e expedição de títulos definitivos.

Segundo Jucá, o projeto de assentamento Anauá, o segundo maior do país, estava paralisado havia quase quatro anos, devido à intervenção do governo federal, por denúncia de irregularidades na condição de programa de reforma agrária. O projeto, agora, está saneado, informou o se-

nador, e, nos próximos dias, técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) vão fazer o cadastro e fiscalizar os lotes para regularizar a situação dos colonos.

O senador lembrou que o Incra investiu mais de R\$ 30 milhões no projeto para assentar 3.300 famílias, entregando 1.500 títulos definitivos e pagando créditos. Além disso, construiu 47 estradas vicinais, somando mais de mil quilômetros de estradas, dez escolas, postos de saúde e instalações para armazenamento. O projeto também incluiu instalações da sede, casas residenciais, oficinas e alojamentos.

CCJ começa a debater restrições ao uso de MPs

Pauta da reunião de hoje inclui depoimento de Ives Gandra sobre a reforma do Judiciário e projeto que reduz mandato de senadores

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) começa a debater hoje a proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita a edição de medidas provisórias (MPs). Aprovada pela Câmara dos Deputados na semana passada, a proposta impede que as MPs vigorem indefinidamente, sem que o Legislativo se pronuncie sobre elas. Atualmente, as MPs têm validade de 30 dias, mas o presidente da República as reedita mensalmente, sendo que algumas delas estão em vigor há mais de seis anos.

O presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), pediu pressa na tramitação da matéria e observou que devem ser objeto de deliberação apenas os dispositivos alterados pelos deputados, tomando por base o texto aprovado pelo Senado em dezembro de 1999. “Trata-se de uma emenda constitucional de grande importância para o prestígio do Congresso Nacional, sendo preciso dar uma resposta definitiva à sociedade no que diz respeito ao poder de legislar do Congresso”, afirmou o senador.

Uma das alterações feitas pela Câmara dos Deputados e que poderá gerar polêmica na CCJ é a que determina que a tramitação



José Fogaça defende o princípio de alternância entre as duas Casas do Congresso

das MPs terá início na Câmara. O Senado, no caso, não poderá fazer emendas ao que os deputados tiverem decidido, devendo apenas aprovar ou rejeitar a medida provisória. No entender de alguns senadores, entre eles José Fogaça (PMDB-RS), o dispositivo provoca o esvaziamento do Senado, transformando-o em simples Casa homologatória. Para ele, a decisão da Câmara retira o princípio de alternância entre as duas Casas.

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Antes de examinar a restrição ao uso das medidas provisórias, os membros da CCJ ouvem o jurista Ives Gandra da Silva Martins. Ele vai falar sobre a proposta de emenda à Constituição que tem por objetivo promover a reforma

do Poder Judiciário. A reunião está marcada para as 10h. A PEC, já votada pela Câmara, prevê, entre outras inovações, o controle externo do Judiciário, por meio de um Conselho Nacional de Justiça a ser formado por 15 representantes da magistratura, do Ministério Público, advogados e representantes da sociedade civil.

OUTROS PROJETOS

Constam ainda da pauta outros 27 itens, entre os quais a proposta de emenda à Constituição de Maguito Vilela (PMDB-GO) que reduz de oito para quatro anos o mandato de senador da República e estabelece a idade mínima de 28 anos como condição de elegibilidade para os cargos de presidente, vice-presidente e senador.

A CCJ também analisa proposta de emenda à Constituição de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que fortalece financeiramente os fundos de Investimentos da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor) e dois projetos de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA): o que cria novos estímulos para que a União, estados e municípios implementem programas habitacionais e o que estabelece instrumentos legais de prevenção e repressão à falsificação de obras de arte visuais.

Osmar propõe mudanças no texto aprovado pela Câmara

O relatório do senador Osmar Dias (sem partido-PR) sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) que restringe a edição de medidas provisórias apresentará modificações no texto aprovado pela Câmara dos Deputados na última quarta-feira (dia 1º). Caso o relatório do senador paranaense seja aprovado, a proposta terá que sofrer nova análise pelos deputados.

O relator sugere a mudança de dois dispositivos do texto da Câmara. Um é o que determina o início da tramitação das MPs sempre pela Câmara dos Deputados. Pelo texto de Osmar Dias fica valendo o princípio da alternância entre as duas Casas do Legislativo, conforme já previsto no substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS), aprovado em dezem-

bro de 1999 pelo Senado. “Do contrário, o Senado receberia as MPs sempre com urgência e não teria tempo para analisá-las.”

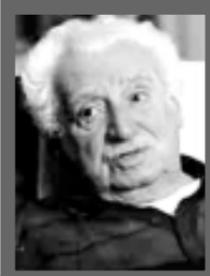
Osmar Dias propõe também a manutenção da proibição de edição de MPs sobre assunto tratado em projeto de lei vetado pelo Executivo. As MPs só poderão ser editadas depois que o Congresso se manifestar sobre os vetos presidenciais. Na avaliação do senador, esse dispositivo vai ao encontro da necessidade de se evitar a substituição do Congresso pelo Executivo em suas prerrogativas de legislar. “O governo não vai poder se dizer dono de uma iniciativa que, na verdade, não é sua.”

A proposta que tramita no Congresso modifica consideravelmente o instituto das medidas provisórias, impedindo que elas vigorem



Se proposta de Osmar Dias for aprovada, texto deverá retornar à Câmara dos Deputados

indefinidamente sem que o Legislativo se pronuncie. O texto aprovado pelo Senado e referendado pela Câmara determina que as MPs terão validade de 60 dias. Caso os deputados e senadores não terminem a votação até o 60º dia de sua edição, a MP ganhará outros 60 dias de vigência e continuará sobrestando as outras matérias em discussão. Se ao final de 120 dias a Câmara ou o Senado não tiverem concluído a votação, a MP perderá eficácia desde sua edição.



JORGE AMADO
1912 - 2001

Senadores prestam homenagem ao homem que contava histórias

Por quase duas horas, 22 senadores ocuparam a tribuna na tarde de ontem para homenagear o escritor Jorge Amado, que morreu na segunda-feira, em Salvador, aos 88 anos. Foi aprovado requerimento, encabeçado pelos parlamentares da Bahia, em que os senadores manifestam profundo pesar pela morte do escritor e enviam condolências à sua família, ao governo da Bahia e à Academia Brasileira de Letras. Também foi aprovado pelo Plenário requerimento para que o Senado realize uma sessão especial de homenagem ao romancista.

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), primeiro signatário do requerimento de pesar pela morte de Jorge Amado e primeiro a discursar, afirmou que os brasileiros perderam “o maior contador de histórias da Bahia. O maior que o Brasil conheceu”. Lembrou que seus livros venderam, só no Brasil, 20 milhões de exemplares, e suas obras foram publicadas em mais de 60 países, em mais de 40 idiomas.

— O Jorge Amado conhecido de todos é o Jorge contador de histórias. O Jorge sensual de

O Senado aprovou ontem voto de profundo pesar pela morte do escritor Jorge Amado, ocorrida segunda-feira, em Salvador. Para encaminhar o requerimento nesse sentido, 22 senadores lembraram a importância do escritor baiano, seu reconhecimento internacional e também a combativa atuação política como deputado constituinte em 1946.

Gabriela, de Tieta, de Esmeralda, de Dona Flor, de Tereza. Das tramas bem urdidas que, com malícia e talento, criaram um universo paralelo do cotidiano, influenciado pela realidade e a ela influenciando — observou Antonio Carlos Júnior.

O senador lembrou que, além de escritor reconhecido, Jorge Amado foi combativo deputado constituinte em 1946, à época filiado ao Partido Comunista. “Ele foi o deputado federal que, comunista, lutou pela liberdade religiosa. Perseguido, cassado, preso, exilado, jamais abdicou de sua crença; jamais deixou de amar e ser amado por sua terra; de demonstrar esse amor a cada passo de sua trajetória.”

Ainda sobre as atividades políticas do escritor, Antonio Carlos Júnior destacou que ele lutou contra a censura política e biografou Luiz Carlos Prestes, o “Cavaleiro da Esperança”, líder comunista. O senador revelou que guarda em seu gabinete uma carta que Jorge Amado enviou a seu pai, o ex-senador Antonio Carlos Magalhães, na qual o escritor fala da amizade entre os dois.



Antonio Carlos Júnior diz que Jorge Amado foi “o maior contador de histórias que o Brasil conheceu”

“A Bahia perdeu um grande filho”, diz Paulo Souto

A literatura brasileira não seria conhecida no exterior se não fosse Jorge Amado, afirmou em Plenário o senador Paulo Souto (PFL-BA), acrescentando que o escritor foi quem melhor representou o sentimento de baianidade.

— A Bahia está contristada por ter perdido um grande filho, e não apenas por ter perdido seu grande romancista. A Bahia perdeu um amigo — disse.

Falando também em nome do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), Paulo Souto afirmou que Jorge Amado já entrou para a galeria dos brasileiros imortalizados por suas obras.

Napoleão recorda reconhecimento internacional

Ao ter o mandato de deputado federal cassado, Jorge Amado se exilou na França e lá “sua simplicidade encantou intelectuais franceses”, entre eles Jean Paul Sartre e Simone Signoret, afirmou o senador Hugo Napoleão (PI), líder do PFL. Ele citou encontros que, nessa fase, Amado teve com escritores e artistas, como Albert Camus e Yves Montand.

— Poucos terão abrangência tão expressiva quanto Jorge Amado. Ele era reconhecido pela direita e pela esquerda. Manteve lealdade ao Partido Comunista Brasileiro, o que custou sua cassação — disse.

Napoleão observou que seus livros foram traduzidos para deze-



Paulo Souto



Bernardo Cabral

nas de idiomas, inclusive o farsi, do Irã. Foi ao pai do senador, então embaixador no Irã, que recorreu Jorge Amado quando precisou de ajuda para a tradução do *Cavaleiro da Esperança* para que os iranianos pudessem conhecer a obra.

Cabral guarda dedicatória com carinho

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) observou que Jorge Amado desta cava que as homenagens que recebia ficavam sempre abaixo das injustiças contra as quais ele bradava. “Ele não é apenas um baiano que se foi. Ele é o brasileiro que perdemos”, observou.

Cabral disse que guarda com carinho o livro *Capitães da Areia* que lhe foi enviado por Jorge Amado com uma dedicatória em que o escritor fala da admiração antiga que tinha pelo parlamentar do Amazonas. “Ele era homem ligado ao mar e, já ao final, se recolheu à Bahia, assim como um marinheiro ancorado no cais de tantas recordações.”

Maguito presta homenagem em nome do PMDB

Em nome do PMDB e do povo goiano, o senador Maguito Vilela, presidente nacional peemedebista, lamentou a morte de Jorge Amado, para ele um dos maiores escritores que o Brasil conheceu.

— Ele encantou com suas obras o Brasil e o mundo. Tudo que estamos dizendo neste Plenário é o que sentimos no fundo do coração — afirmou o senador.



Maguito Vilela

José Coelho lembra luta pela redemocratização

O senador José Coelho (PFL-PE) lembrou os tempos de convivência com Jorge Amado, quando ambos trabalhavam pelo retorno da democracia, na época do Estado Novo. “Sua visão e tenacidade na luta por seus ideais de democracia farão falta ao Brasil. Sem falar de seu talento ímpar para transformar os sonhos e a alma do brasileiro em linguagem poética e, ao mesmo tempo, acessível a todos”, declarou.

Segundo Coelho, não foi só a Bahia que perdeu uma grande figura de suas letras, foi o mundo inteiro, que traduziu e leu sua obra.

Renan Calheiros destaca talento de ficcionista

Em nome da liderança do PMDB, o senador Renan Calheiros (AL) salientou o talento de Jorge Amado, que aprendeu, como ninguém, o cotidiano de sensualidade, de romantismo e o cenário mítico da Bahia, “eternizados na memória brasileira”.

Ao lado de Graciliano Ramos, Guimarães Rosa e Machado de Assis, Jorge Amado é, inquestionavelmente, na opinião do senador alagoano, um dos maiores ficcionistas da história literária brasileira e o autor nacional mais conhecido no mundo. As traduções de suas sagas já alcançaram mais de 60 países e sua importância é indiscutível, afirmou.



José Coelho



Renan Calheiros



JORGE AMADO
1912 - 2001

"Todos estamos de luto", afirma José Alencar



José Alencar

A morte de Jorge Amado representa uma perda para toda a literatura: a brasileira e "a dos grandes romancistas do mundo inteiro", segundo afirmou em Plenário o senador José Alencar (PMDB-MG).

Falando em nome de Minas Gerais, o parlamentar declarou que a obra de Jorge Amado foi inspirada especialmente pela Bahia, mas sua morte é motivo de luto não só para o povo baiano, e sim para todos os brasileiros.

— Nós todos estamos de luto — garantiu o senador, registrando sua participação no requerimento de pesar encaminhado à viúva, Zélia Gatai.

Valadares: obra expressa a alma brasileira

Expressar a grandiosidade da alma do povo brasileiro era um dos grandes méritos do escritor Jorge Amado, na opinião do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Relatando episódios típicos da Bahia, seus livros têm sido lidos em todo o planeta, tornando conhecidos de todo o mundo alguns dos aspectos da alma de nosso povo, sustentou.

— A sua morte é realmente uma grande perda para todos os brasileiros, mas fica o seu exemplo de tenacidade, a sua identificação com as raízes populares e com a nossa cultura — afirmou Valadares.



Valadares

Ao homenagear o escritor brasileiro mais conhecido internacionalmente, com livros traduzidos para 48 idiomas, senadores elogiaram sua criatividade, o senso de responsabilidade e a capacidade de expressar a alma popular. Para Roberto Freire, "a vida de Jorge Amado é uma síntese de tudo que se escreveu sobre o povo brasileiro".

Ele ressaltou que, em sua literatura, Jorge Amado promoveu a divulgação de todos os elementos que representam a riqueza cultural do povo da Bahia e do Brasil.

Jucá: "Brasileiro aprendeu a sonhar com Jorge Amado"

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), associou-se ontem às homenagens a Jorge Amado, falecido na segunda-feira, declarando que o escritor faz parte da vida do brasileiro.

— Nós aprendemos a viver, a sonhar, a sentir e a nos entreter com as histórias de Jorge Amado, com a sua forma de ver o mundo e com as lições que deu através do seu trabalho e de sua obra — disse.

Para o senador, hoje o Brasil está mais pobre e perde um grande homem. O país via Jorge Amado como referência para várias gerações, ressaltou. Jucá encaminhou seus sentimentos de pesar aos familiares do escritor.

Alcântara destaca a afinidade com o Ceará

Ao manifestar seu voto de pesar pelo falecimento de Jorge Amado, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que trazia a voz do Ceará, estado com o qual o escritor tinha grande afinidade. O senador lembrou que Amado foi grande amigo do escritor cearense Milton Dias.

— Muitas vezes Jorge Amado trocou idéias e ouviu histórias de Mil-

ton Dias, que era um grande contador de histórias. Havia esse canal de comunicação estreito, que também se reforça com um maranhense, Floriano Teixeira, que viveu muitos anos no Ceará e foi um grande ilustrador das obras de Amado — disse.

Alcântara lamentou a perda, com a morte de Jorge Amado, não só para a cultura baiana, como para a cultura brasileira. Ele afirmou que, quando o escritor levou a vida baiana "para suas páginas imortais, levou também a cultura brasileira".

Suplicy elogia o senso de responsabilidade

"É de homens assim que se constrói uma nação viva, justa, poderosa e feliz", afirmou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), referindo-se ao escritor



Eduardo Suplicy

baiano Jorge Amado, homenageado na tarde de ontem no Plenário do Senado. Suplicy destacou o senso de responsabilidade que Jorge Amado sempre demonstrou quanto à importância social do escritor no processo de construção de uma cultura nacional.

Para Suplicy, o povo brasileiro ganhou um rosto mais nítido e completo — e mais brasileiro — ao se ver espelhado na profunda compreensão de Jorge Amado em relação aos homens e mulheres, nas palavras sedutoras do escritor, na intimidade que tinha com o povo e nas cenas recolhidas nos becos da cidade, nos campos de cacau, nas areias das dunas e nas alcovas dos sobrados.

— Sua participação na construção de nossa alma nos deixa uma herança que se tornará cada vez mais imprescindível neste mundo em que tantas identidades têm sido esmagadas em nome de uma hegemonia cultural entrelaçada a interesses econômicos cegos e devastadores — disse Suplicy.

Freire recorda emenda pela liberdade de culto

Ao apoiar voto de pesar pela morte de Jorge Amado, o senador Roberto Freire (PPS-PE) lembrou que o escritor passou pelo Partido Comunista Brasileiro, do qual o PPS é herdeiro. Amado apoiou a candidatura de Freire à Presidência da República, em 1989, o que por si só foi considerado uma vitória pelo senador.

Jorge Amado foi o autor da emenda constitucional que garantiu liberdade de culto no Brasil, iniciativa que Freire afirmou considerar como uma das mais importantes lições deixadas por ele.

— A vida de Jorge Amado é uma síntese de tudo que se escreveu sobre o povo brasileiro. Se Jorge Amado já era imortal, agora se encantou — destacou.



Roberto Freire

Livros foram traduzidos para 48 idiomas

Jorge Amado, que faria 89 anos nesta sexta-feira, é considerado um dos maiores escritores do país, sendo reconhecido no exterior como sinônimo da literatura brasileira. Suas obras foram traduzidas em 48 idiomas.

Jorge Amado nasceu em Ferradas, distrito de Itabuna, na Bahia. Aos 19 anos lançou seu primeiro romance, *O País do Carnaval*. Sua obra é apontada como o retrato da realidade brasileira, uma vez que as imagens de um país exótico, mestiço e místico sempre estiveram presentes em seus livros. Além de escritor, Jorge Amado teve uma vida política ativa, sendo eleito deputado federal em 1946 pelo Partido Comunista Brasileiro.

Autor de sucessos como *Dona Flor e seus Dois Maridos*, *Gabriela, Cravo e Canela* e *Capitães da Areia*,



A obra de Jorge Amado inclui grandes sucessos de público e foi adaptada para cinema e televisão

Jorge Amado teve parte de sua obra adaptada para cinema e televisão. Sua última publicação foi o conto *O Milagre dos Pássaros*, em 1997.

O escritor baiano morreu na segunda-feira, no Hospital Aliança, em Salvador, vítima de insuficiência circulatória aguda seguida de parada cardiorrespiratória.



JORGE AMADO
1912 - 2001

Amir Lando: obra de Jorge Amado desafia o tempo

Para Amir Lando (PMDB-RO) a obra do escritor e político Jorge Amado desafiará os séculos, preservando para as gerações futuras um retrato do Brasil, especialmente dos excluídos que sonham ser felizes, guardando em seus corações um projeto de felicidade que desafia a dura realidade da vida. “O artista não morre jamais”, disse.

Lando registrou seu profundo pesar, assim como em nome do estado de Rondônia. “O povo brasileiro que ele tão bem soube louvar com sua palavra encantada, chora nesse momento”, acrescentou.

Saturnino ressalta convivência com o militante

Lembrando a convivência próxima com Jorge Amado na década de 50, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) ressaltou a importância da questão social na obra do escritor baiano. “É uma lembrança amável e comovente para mim”, afirmou, acrescentando que os livros de Jorge Amado estimularam e despertaram o interesse da juventude dos anos 40 e 50 pela literatura.

Saturnino contou que conheceu Jorge Amado quando militava na Juventude Comunista e estudava engenharia, além de cantar. Segundo o senador, Amado apreciava



Amir Lando

Enquanto o presidente interino do Senado, Edison Lobão, determinava o cumprimento de luto pela morte de Jorge Amado, mas lembrava que o escritor sobreviverá na memória do povo, Amir Lando, Roberto Saturnino, Pedro Simon, Ademir Andrade, Lauro Campos, Luiz Otávio, Paulo Hartung e Carlos Patrocínio ressaltaram aspectos marcantes da vida e da obra do imortal.

especialmente uma balada cuja letra foi escrita por Ethel Rosenberg, que foi condenada à morte por espionagem nos Estados Unidos. A convite de Amado, Saturnino disse ter participado de vários encontros políticos e intelectuais no Brasil e no exterior.

Simon recorda luta por um país mais fraterno

A atuação de Jorge Amado como homem público foi louvada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que fez um paralelo entre a beleza da obra literária do escritor baiano e seu desempenho como deputado constituinte em 1946, eleito pelo Partido Comunista. “Lembrar Jorge Amado por Gabriela, sim, lembrar pelas obras e pelos tipos que criou, sim, mas lembrar também de sua luta social, pela defesa de que este país fosse diferente, mais fraterno, mais justo”, disse.

Lauro Campos lembrou que teve a curiosidade de conhecer a Bahia “atendendo ao chamado de Jorge Amado”, após ter lido seus livros. “Queria conhecer outros dias de religião que não fossem tristes como os dias da velha Vila Rica”, disse, acrescentando que ficou 30 dias na Bahia, tomando contato com a “magia” descrita por Jorge Amado. Lauro Campos lembrou também que o escritor era socialista, mas praticava o “socialismo humano das liberdades” e, por isso, não encontrou espaço no Partido Comunista Brasileiro (PCB), em que militou.



Pedro Simon

Idéias servem de exemplo, afirma Ademir Andrade

Para o senador Ademir Andrade (PSB-PA), nenhum outro escritor conseguiu falar com tanto entrosamento e de forma tão realista da vida do povo brasileiro quanto o baiano Jorge Amado.

Ademir acredita ser lamentável para o Brasil e o mundo a morte do intelectual baiano, a quem classifica como um brilhante escritor e um político que orgulha a todos. “As idéias devem servir de exemplo ao povo e aos políticos”, afirmou.



Ademir Andrade

Lauro lembra que livros o levaram a conhecer a Bahia

Lauro Campos (PDT-DF) lembrou que teve a curiosidade de conhecer a Bahia “atendendo ao chamado de Jorge Amado”, após ter lido seus livros.

Queria conhecer outros dias de religião que não fossem tristes como os dias da velha Vila Rica”, disse, acrescentando que ficou 30 dias na Bahia, tomando contato com a “magia” descrita por Jorge Amado. Lauro Campos lembrou também que o escritor era socialista, mas praticava o “socialismo humano das liberdades” e, por isso, não encontrou espaço no Partido Comunista Brasileiro (PCB), em que militou.



Lauro Campos

Otávio destaca “horas de lazer e esperança”

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) registrou que a morte do escritor Jorge Amado trouxe tristeza nacional porque todo o país, de norte a sul, encontra-se enlutado. Ele afirmou que por meio das obras de Jorge Amado “os brasileiros tinham horas de lazer, satisfação e esperança”.

Luiz Otávio destacou o livro *Gabriela, Cravo e Canela*, que, transformado em novela de grande repercussão produzida pela Rede Globo, inseriu o Brasil no mundo artístico internacional.

— Foi com essa novela, baseada na obra de Jorge Amado, que nosso país se colocou para o mundo,



Luiz Otávio

dando a demonstração de que somos um povo trabalhador e ordeiro, que honra as suas tradições culturais — salientou.

Lobão: escritor sobreviverá na memória do povo

O presidente interino do Senado Federal, Edison Lobão (PFL-MA), designou os senadores José Sarney (PMDB-AP), Waldemar

Ornelas (PFL-BA) e Francelino Pereira (PFL-MG) para representarem a Casa nas cerimônias fúnebres de Jorge Amado. Em sinal de luto oficial pelo falecimento do escritor, a Bandeira brasileira será arriada a meio mastro no pavilhão em frente ao edifício-sede do Senado. Ao anunciar essas providências, Lobão ressaltou que, por meio de sua obra, o escritor vai sobreviver na memória do povo brasileiro.

— Jorge Amado, com sua literatura, honrou e expandiu o perfil do nosso país. Hoje choramos a sua morte física, mas certos estamos de que ele permanecerá sempre vivo, através das suas utopias, no culto das futuras gerações de brasileiros — disse o senador.

Edison Lobão afirmou que são raras as personalidades que se eternizam na história e nas lendas de uma nação, por força de seu extraordinário talento, como acontece com Jorge Amado. Esse imenso talento, sustentou, sempre esteve a serviço do povo simples, expressando suas qualidades e defeitos.

— Desde jovem, Jorge Amado cumpriu o roteiro de seu destino, que era o de lutar pela justiça e pelos desvalidos. Por eles foi eleito deputado federal e por eles enfrentou na própria carne as dores da prisão e do exílio. Transplantou para sua obra a alma mais autêntica do brasileiro — afirmou.



Edison Lobão

Uma grande perda, lamenta Paulo Hartung

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) apresentou, em nome do povo capixaba, o pesar pelo falecimento de Jorge Amado. Para o senador, o Brasil, que é um país que necessita muito de afirmação cultural e identidade na sua trajetória para o desenvolvimento, a morte do escritor baiano significa “uma grande perda”.

Paulo Hartung acrescentou que todo o Espírito Santo pranteia Jorge Amado, sobretudo por sua obra e por sua presença na vida cultural brasileira.

— Quero levar a nossa dor e a nossa tristeza aos familiares de Jorge Amado e ao povo baiano — acrescentou.



Paulo Hartung

“O luto é de todos nós”, diz Patrocínio

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apresentou pêsames não apenas à família do escritor, mas também a todas as famílias brasileiras. “O luto é de todos nós”, disse. Ao mesmo tempo, o senador reconheceu ser um paradoxo falar em “morte de Jorge Amado, um verdadeiro imortal”.

Patrocínio acredita que Jorge Amado sempre pensou em prol da verdadeira democracia social e, se o país tivesse adotado suas idéias políticas, o Brasil hoje seria diferente.



Carlos Patrocínio

Tuma recebe documentos sobre caso Banpará

Entre a documentação entregue pelo procurador-geral da República está cópia do pedido ao STF de instauração de inquérito para apurar suposto envolvimento do senador Jader Barbalho em operações bancárias irregulares

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, entregou na tarde de ontem ao senador Romeu Tuma (PFL-SP) documentos relacionados ao desvio de verbas do Banco do Estado do Pará (Banpará). Entre a documentação está cópia do pedido de instauração de inquérito junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para apuração do suposto envolvimento do presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), em irregularidades detectadas na emissão fraudulenta e aplicações financeiras de cheques administrativos do Banpará.

O pedido de abertura de inquérito no STF contra Jader Barbalho foi feito ontem por Brindeiro, que também entregou ao senador Romeu Tuma relatório das diligências promovidas pelo Banco Central a partir de março de 2001 so-



Geraldo Brindeiro, procurador-geral, é autor do pedido de inquérito junto ao Supremo

bre o caso Banpará, além de nota técnica que a 5ª Câmara de Patrimônio Público e Social, órgão do Ministério Público Federal, elaborou sobre o assunto.

Segundo Tuma, entre os documentos recebidos não constam os relatórios do BC a respeito do caminho percorrido pelo dinheiro desviado do Banpará. "Ainda não

li por inteiro toda a documentação, mas vou analisá-la, e se tiver alguma informação que signifique a quebra do sigilo, manteremos em sigilo, obedecendo à legislação", antecipou o senador integrante da comissão encarregada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de investigar as denúncias contra Jader Barbalho.

Após o encontro com o procurador, Tuma reuniu-se com o senador Jefferson Péres (PDT-AM), também integrante da comissão. Depois da reunião, Jefferson afirmou que irá agora examinar os documentos entregues por Brindeiro. Ele não confirmou a notícia de que o senador João Alberto Souza (PMDB-MA), integrante da comissão, teria pedido para ser substituído. "Ele não manteve nenhum contato e, oficialmente, continua membro da comissão."

Senadores farão investigações em Manaus

Os senadores Jefferson Péres e Romeu Tuma, membros da comissão encarregada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de investigar as denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, viajarão amanhã a Manaus (AM). Eles ouvirão testemunhas sobre a gravação de um telefonema no qual o deputado estadual Mário Frota (PDT-AM) teria intermediado, em nome de Jader, a cobrança de US\$ 5 milhões para liberar financiamentos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Além do próprio Mário Frota, deve também ser ouvido Nivaldo Marinho, ex-assessor do deputado, que na semana passada com-



Jefferson Péres e Romeu Tuma viajam amanhã para a capital amazonense

pareceu espontaneamente à Polícia Federal e confirmou ter sido o autor da gravação. Os senadores também levarão a fita cassete na qual o telefonema estaria registrado para que Mário Frota confirme ou negue ser sua a voz gravada.

Se o deputado amazonense negar que a voz seja sua, os senadores pedirão que seja realizada perícia para tirar a dúvida. Antecipadamente, Tuma e Jefferson solicitaram que a Polícia Federal tire cópias da fita gravada para comprovar sua autenticidade.

João Alberto pode deixar comissão

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) pode deixar a comissão criada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para realizar investigações preliminares sobre denúncias de envolvimento do presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, em irregularidades no Banpará e na extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A informação foi dada ontem pelo assessor do senador maranhense, Roberto Costa.

O desligamento de João Alberto seria motivado, segundo o as-

essor, pela intenção do senador de se dedicar à campanha para o governo do Maranhão. Os demais integrantes da comissão, senadores Romeu Tuma e Jefferson Péres, disseram não ter recebido qualquer comunicação oficial nesse sentido. Mas asseguraram que, se houver o desligamento, darão continuidade aos trabalhos até que o presidente do Conselho de Ética, senador Gilberto Mestri-



João Alberto não comunicou ainda qual será sua decisão

nho (PMDB-AM), indique o substituto.

Jefferson Péres admitiu que a possível saída de João Alberto da comissão "pode até acelerar as decisões do grupo, já que é mais fácil tomar decisões a dois". Ao comentar o assunto, o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), confirmou que caberá a Gilberto Mestrinho escolher novo integrante para a comissão.

CCJ dará prioridade a pedido de relatório ao Banco Central

O requerimento solicitando que o Banco Central envie ao Senado todas as informações relativas ao caso Banpará será uma das matérias que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinará com prioridade na retomada de suas atividades. A garantia é do presidente do colegiado, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

O requerimento foi apresentado pelo líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), em 5 de março, e abrange todos os relatórios a respeito de irregularidades ocorridas no Banco do Estado do Pará durante o período de 1984 a 1987. Em reunião realizada durante o recesso parlamentar, os líderes partidários decidiram recomendar que o Banco Central envie os relatórios ao Congresso. O exame dos documentos, segundo os líderes, permitirá o esclarecimento definitivo sobre o suposto envolvimento

do presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, no esquema de desvio de recursos do Banpará que teria sido montado quando o parlamentar era governador do estado.

Também poderá ser examinado em menor prazo regimental possível pedido do Supremo Tribunal Federal (STF) para processar Jader Barbalho.



Bernardo Cabral pretende que a CCJ receba logo as informações relativas ao caso

Ausência de Jader em Plenário é criticada

A ausência do presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, na sessão plenária de ontem, quando ele era esperado para apresentar cópias de seus extratos bancários, foi lamentada por senadores. Em vez de entregar os dados pessoalmente, Jader preferiu encaminhar a documentação ao presidente interino da Casa, senador Edison Lobão.

Para o senador Paulo Hartung (PPS-ES), o não comparecimento "é ruim e aumenta a desconfiança, não só do Senado, mas da sociedade em relação ao caso", afirmou, referindo-se às denúncias de envolvimento do senador paraense em irregularidades no Banpará e na extinta Sudam. Quanto a uma eventual renúncia à Presidência da Casa ou ao mandato, Hartung disse que a decisão é pessoal e não depende da instituição nem do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Opinião idêntica sobre eventual renúncia foi expressa pelo presidente em exercício do PMDB, senador Maguito Vilela (GO). Já o líder do partido no Senado, Renan

Calheiros (AL), assegurou que o senador paraense não vai renunciar ao cargo nem ao mandato. "Tanto Jader quanto o PMDB irão colaborar para que tudo se esclareça e a verdade apareça", declarou. Ainda segundo o líder do PMDB, Jader estaria aguardando a conclusão dos trabalhos da comissão especial para prestar depoimento ao Conselho de Ética.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) entende que o presidente licenciado deve esperar o encerramento do processo de investigação para responder, em bloco, a todas as acusações a ele atribuídas. Suassuna admitiu que o episódio constrange os senadores, mas sustentou que o PMDB quer o esclarecimento de qualquer dúvida.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirma que o presidente licenciado "tem a obrigação moral de prestar esclarecimentos aos seus pares". Na opinião do senador Jefferson Péres, se Jader Barbalho comparecesse ao Senado para responder às irregularidades de que é suspeito, seria vítima de um constrangimento.

Ministro da Defesa vai depor sobre compra de aviões

Geraldo Quintão deverá falar ainda sobre a atuação dos serviços de inteligência militar. CRE também aprovou o envio à Argentina de contingente do Exército para participar de um exercício de adestramento, em operação de paz

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que convoca o ministro da Defesa, Geraldo Quintão, para prestar esclarecimentos sobre a licitação internacional para compra de 108 aviões destinados ao reaparelhamento da Força Aérea Brasileira (FAB). Por sugestão do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o ministro deverá falar também sobre a atuação dos serviços de inteligência militar.

Na mesma reunião, a CRE aprovou parecer do senador Iris Rezen-de (PMDB-GO) que autoriza o envio à Argentina de contingente militar do Exército brasileiro para participar de um exercício de adestramento, em operação de



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional também aprovou as indicações de embaixadores para o Equador e a Tunísia

paz, juntamente com o Exército dos Estados Unidos e de países latino-americanos. A matéria deverá ser enviada à apreciação do Plenário.

A CRE aprovou ainda, por unanimidade, as indicações de Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho e Ruy Antonio Neves Pinheiro de Vasconcellos para

os cargos de embaixador do Brasil no Equador e na Tunísia, respectivamente. Os nomes dos diplomatas também deverão ser referendados pelo Plenário.

Moreira lamenta falecimento de ex-prefeito

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) lamentou ontem o falecimento de Francisco José Chiquilito Coimbra Erse, ex-prefeito de Porto Velho, capital de Rondônia, ocorrido dia 7 do mês passado, em sua residência. O senador afirmou que Chiquilito era um líder incontestável em seu estado, tendo sido duas vezes prefeito de Porto Velho, deputado federal e secretário de estado.

Moreira Mendes disse que o ex-prefeito, embora tenha nascido em Manaus, em 1949, foi criado em Porto Velho, alcançando a posição de um dos líderes "mais populares e carismáticos do estado". Observou que, além de notável político, Chiquilito era um profissional com alta qualificação, tendo sido agraciado, em 1992, com o título de Administrador do Ano pelo Conselho Regional de Administração de Rondônia.



Moreira Mendes diz que Chiquilito era um líder incontestável em seu estado

CMO examina relatórios sobre obras rodoviárias

O presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), adiou para amanhã, às 9h30, a reunião destinada a examinar conclusões do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre irregularidades em algumas obras rodoviárias da Região Centro-Oeste. Tais obras, inclusive um trecho entre Goiânia e Brasília, tiveram seus recursos suspensos até que fossem esclarecidas irregularidades constatadas em inspeções simples. Na mesma reunião, os deputados e senadores vão discutir dois pedidos do Executivo para abrir créditos suplementares ao Ministério do Planejamento (R\$ 8,3 milhões) e à Presidência da República (R\$ 49 milhões). O dinheiro será usado na divulgação de ações do governo e na instalação e funcionamento da Corregedoria Geral da União.

Marina estranha forma como está sendo anunciado o "pacote ético" do Congresso

A senadora Marina Silva (PT-AC) manifestou ontem sua preocupação com a forma como vem sendo anunciado o chamado "pacote ético", especialmente pelo tratamento de novidade dado ao conjunto de medidas que estão presentes em projetos já em tramitação no Congresso há tempos. "A maioria teve origem no Senado, foi aprovada há anos e infelizmente estava dormitando particularmente na Câmara dos Deputados", afirmou.

Em sua avaliação, ao tentar dar andamento aos projetos, o Congresso não consegue esconder que está agindo exclusivamente por causa da pressão popular. Ela lembrou ainda que a denominação "pacote" remete à prática da área econômica do Executivo de responder a crises também com pacotes.

O "pacote ético", assim, no entender da senadora, assemelha-se à criação da Corregedoria Geral da República, decidida pelo Executivo em resposta às pressões pela criação da CPI da Corrupção. A seu ver, a Corregedoria "ainda não disse à sociedade brasileira a que veio".

—O Congresso tenta copiar o Executivo com a história do pacote éti-

co para dar resposta à crise moral pela qual está passando — explicou. Para ela, "trata-se a ética como um pacote que, ao ser lançado sobre a cabeça da sociedade, aplaca seu desejo de respostas mais contundentes — o que é lamentável".

Apesar disso, as medidas que integram o dito "pacote ético" podem ser um teste para que a sociedade brasileira saiba do real empenho do Congresso em dar consequência ao seu discurso moralizador. Do ponto de vista de Marina Silva, "o que vai fazer diferença é a questão do fim da imunidade parlamentar. Esse talvez seja o grande teste para o pacote", afirmou.

A senadora discordou das críticas de deputados aos projetos apro-

vados pelo Senado e que compõem o "pacote ético". Ela rejeitou a alegação de que os projetos foram aprovados no Senado porque já se sabia que não seriam aprovados na Câmara dos Deputados. "Tenho certeza de que muitos senadores e deputados estavam e estão sinceramente empenhados em aprovar essas matérias", disse.

Marina Silva entende que o Congresso deveria agir como agente propulsor, aproveitando esse momento rico para se debruçar sobre as matérias do "pacote ético" — o fim da imunidade parlamentar para crimes comuns, a suspensão do sigilo bancário de agentes públicos dos três Poderes e o término do voto secreto no Legislativo.



Segundo Marina, o fim da imunidade parlamentar "talvez seja o grande teste para o pacote ético"

Senado manifesta pesar pela morte de Gastão Vidigal

O Plenário do Senado Federal aprovou voto de profundo pesar pelo falecimento do banqueiro Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, ocorrido ontem em São Paulo. Ficou decidido ainda que será enviada à família de Gastão Bueno Vidigal uma mensagem apresentando as condolências dos parlamentares.

O requerimento solicitando as providências foi assinado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Lobão participa de homenagem na Câmara à Igreja Universal

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, participou ontem de sessão solene da Câmara dos Deputados em homenagem aos 24 anos de criação da Igreja Universal do Reino de Deus.

Ao deixar o plenário da Câmara, o senador elogiou o trabalho social realizado pela igreja e sua contribuição para "ajudar o povo, ao lado de outras confissões religiosas".

Diversos parlamentares revezaram-se na tribuna para destacar a atuação da Igreja



Presidente interino do Senado cumprimenta o pastor da Igreja Universal e deputado distrital Agnaldo de Jesus

Universal ao longo dos seus 24 anos de existência.

CPI do Futebol leva a Aécio representações contra Eurico

Os senadores Álvaro Dias (PSDB-PR) e Geraldo Althoff (PFL-SC), presidente e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as irregularidades relacionadas ao futebol, entregaram ao presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, duas representações contra o deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), pedindo a abertura de processo disciplinar por quebra de decoro parlamentar.

A primeira das representações foi feita com base em denúncias já encaminhadas ao Ministério Público, segundo as quais o deputado cometeu os crimes de falsidade ideológica, apropriação indébita e crime eleitoral. Na segunda representação, Eurico Miranda é acusado de ter agredido fisicamente um dos assessores da CPI do Futebol.

Álvaro Dias afirmou que a entrega da documentação foi feita em um momento bastante adequado, já que Aécio Neves anunciou na semana passada uma "agenda ética", com o objetivo de moralizar o Poder Legislativo. Os trabalhos da CPI, disse Geraldo Althoff, não se encerram com as denúncias contra o deputado. O senador informou ainda que Eurico Miranda deve ser convocado para depor novamente perante a CPI, no dia 11 de setembro.

Durante a entrega das representações, Aécio Neves desejou aos senadores sorte no esforço de moralização do esporte. Ele garantiu que não haverá corporativismo nessa questão e encaminhou a documentação para a Secretaria Geral da Mesa da Câmara.



Dois representações contra o deputado foram entregues a Aécio Neves (centra) por Álvaro Dias (D), presidente da CPI, e Geraldo Althoff, relator

Costa Leite quer rapidez na reforma do Judiciário

Pedido foi feito pelo presidente do STJ ao presidente interino do Senado durante audiência na manhã de ontem

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Paulo Costa Leite, pediu ao presidente interino do Senado, Edison Lobão, em audiência na manhã de ontem, que promova gestões junto às lideranças partidárias no sentido de acelerar a apreciação da proposta de reforma do Judiciário.

A proposta de emenda à Constituição que prevê as mudanças na estrutura da Justiça brasileira completa neste mês dez anos de tramitação no Congresso Nacional. No entender do ministro Costa Leite, a simples aprovação des-

sa emenda, "restrita a aspectos estruturais do Judiciário, não será suficiente para atender às expectativas da sociedade por uma Justiça mais eficiente e mais célere".

O presidente do STJ entende que a superação da morosidade exige ampla reforma das leis processuais. No encontro com Lobão, o ministro defendeu, ainda, que sejam estendidos ao STJ dois mecanismos processuais destinados a conter o número excessivo de ações que chegam aos tribunais superiores: a repercussão geral da questão e a súmula vinculante.



Recebido por Lobão, Costa Leite também defendeu rapidez na mudança das leis processuais

Presidente do Parlamento iugoslavo visita Congresso

Na manhã de ontem, o presidente interino do Senado, Edison Lobão, recebeu o presidente do Parlamento da República Federal da Iugoslávia, deputado Dragoljub Mitsunovic. Ele veio ao Brasil para manter contatos políticos e diplomáticos com lideranças do Congresso e altos funcionários do governo federal, a fim de estreitar as relações entre os dois países.

No encontro com Lobão, Mitsunovic fez um relato do atual quadro político e econômico de seu país, acentuando a necessidade que a Iugoslávia tem de contar



No encontro com Edison Lobão, Mitsunovic fez um relato do quadro político de seu país

com a cooperação internacional para recuperar toda a infra-estrutura destruída por ocasião dos ataques das forças da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

O presidente interino do Senado transmitiu ao visitante a solidariedade política da instituição e manifestou a convicção de que também o governo brasileiro estará apoiando os esforços para a recuperação econômica da Iugoslávia e para o estreitamento dos laços políticos, culturais e econômicos entre os dois países.

Escola particular pede decisão sobre mensalidade

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, recebeu na manhã de ontem dirigentes de entidades que representam as escolas particulares do país. Acompanhados da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), os representantes fizeram apelo ao senador no sentido de que o Congresso coloque em votação o projeto de conversão, já elaborado, que muda a medida provisória baixada para disciplinar a cobrança das mensalidades escolares.

De acordo com Roberto Dornas, presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), as escolas estão empe-



Dirigentes de entidades durante encontro com o presidente interino do Senado

nhadas em que o projeto de conversão elaborado pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) seja colocado em votação, possibilitando o aprimoramento dos dispositivos da medida provisória e que se acabe "com

os casos dos que se especializaram em fazer os cursos por meio do calote, onde pagam apenas a matrícula e depois passam o ano inteiro frequentando aulas e fazendo provas sem pagar".

Programa infantil na TV deverá ter maior controle

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação determina que as emissoras de televisão dediquem pelo menos cinco horas semanais a programação especificamente concebida para a educação moral e cultural das crianças

A Comissão de Educação aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) determinando que as emissoras de televisão dediquem pelo menos cinco horas semanais à transmissão de programação especificamente concebida para a educação moral, cultural e intelectual das crianças. O projeto, relatado pelo senador Nilo Teixeira Campos (PSDB-RJ), segue agora para a Câmara dos Deputados, exceto se houver solicitação de um décimo dos senadores para que seja submetido ao Plenário do Senado.

De acordo com emenda do senador Roberto Freire (PPS-PE), que o relator incorporou ao parecer, o conteúdo da programação deverá estar em harmonia com o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Pedro Simon informou que, para elaborar o projeto, participou de inúmeras reuniões com técnicos da área. Desses encontros, foram recolhidas informações que o senador considerou preocupantes.



A decisão da CE obriga as emissoras de televisão a produzir programas infantis em harmonia com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

— A televisão chega às crianças mais cedo e por mais horas diárias que qualquer outra influência educativa. Muitas crianças assistem à televisão antes de serem expostas a qualquer tipo de educação formal. À época em que iniciam o primeiro ano primário, a maioria das nossas crianças já terá passado o equivalente a três anos escolares em

frente da televisão, disse.

O relator reconhece que, embora seja “engenhosa” a idéia de se amarrarem as obrigações relativas à programação infantil sob a expressão “especificamente concebida”, de forma a evitar a possibilidade de um entendimento equivocado ou doloso da intenção do legislador, ela provocará muito debate até sua sedimentação na



consciência da sociedade.

A CE também aprovou emenda do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) segundo a qual as cenas reais de violência que envol-

vam menores de idade, como vítimas ou infratores, só poderão ser veiculadas pelas emissoras de televisão no horário compreendido entre 22h e 5h.

Aprovado o funcionamento de emissoras de rádio

O Senado aprovou ontem decretos legislativos autorizando o funcionamento das seguintes emissoras: Associação Comunitária Artística e Ecológica, de Planalto (BA); Associação Cultural e Comunitária, de Jaguariúna (SP); Fundação Educativa e Cultural São Francisco, de Itaúna (MG); Associação Comunitária de Radiodifusão Vale da Eletrônica, de Santa Rita do Sapucaí (MG); e MR Radiodifusão, de Codó (MA). Os decretos agora vão à promulgação.

COMISSÃO

Na Comissão de Educação foram aprovados 19 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de várias emissoras de rádio. São elas: Empresa Paulista de Radiodifusão, em Regente Feijó (SP); Associação Comunitária Central de Araraquara (SP); Associação a Serviço da Esperança, em Indiana (SP); Associação Comunitária A Voz de Quissamã, em Quissamã (SP).

Também foram aprovadas autorizações beneficiando a Associação

Novo Milênio, em São Gabriel da Cachoeira (AM); Rádio Difusora Fronteira, em Arroio Grande (RS); Rádio Atlântida FM, em Pelotas (RS); Rádio Progresso de Ijuí, em Ijuí (RS); Sociedade Rádio Lagoa FM, em Barra do Ribeiro (RS); Rádio Itapema FM, em Florianópolis (SC); Fundação Educativa Cultural José Allamano, em Boa Vista (RR).

Receberam ainda aprovação a Comunidade Amigo de Rádio Difusão Florânia Carflor, em Florânia (RN); Rádio Comunitária Araçá FM, em Mari (PB); Associação de Radiodifusão Comunitária São Miguel, em Tavares (PB); Associação de Moradores do Centro da Cidade de Pombal (PB); Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro, em Girau do Ponciano (AL); Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes, em Boquim (SE); Rádio Atlântida FM de Porto Alegre (RS); e Associação Assistencial São Sebastião de Boa Esperança do Sul, em Boa Esperança do Sul (SP).

Valadares relata participação em encontro socialista



Valadares representou a Mesa no encontro

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) relatou ontem sua participação, como representante da Mesa do Senado, no Encontro Internacional Socialista.

Organizado pelo Partido Socialista Brasileiro, o encontro foi realizado de 2 a 4 de agosto, no Rio de Janeiro, com o patrocínio da Fundação João Mangabeira.

Durante o encontro, explicou Valadares, vários palestrantes abordaram as conseqüências da globalização. O senador destacou a participação do professor universitário e deputado socialista suíço Jean Ziegler, que abordou o impacto da “predominância do lucro e da ambição desmedida” do mercado financeiro sobre os direitos humanos e sociais.

Comissão acata projeto que garante merenda escolar

Para evitar que a população de municípios inadimplentes com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) seja penalizada com a suspensão dos repasses, a Comissão de Educação aprovou projeto da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) determinando que a não

prestação de contas dos recursos implicará sanções administrativas, mas não a interrupção das transferências das verbas durante o primeiro exercício financeiro do mandato do novo prefeito. A proposta será apreciada agora pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Conforme o projeto, que recebeu parecer favorável do senador Hugo Napoleão (PFL-PI), o PNAE foi criado para atender ao princípio constitucional do dever do Es-



Maria do Carmo defende a continuidade de repasses do PNAE

tado com a educação. Esse dever, ressaltou a autora, passa pelo atendimento ao aluno do ensino fundamental por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

— Grande parte das crianças atendidas pelo PNAE encontra-se em estado de permanente carência nutricional, o que tem sido apontado como uma das causas do retardo do desenvolvimento físico e mental detectado na população infantil carente — lembrou Napoleão.

Durante a discussão da matéria, o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) disse que a iniciativa merece o apoio do Congresso, uma vez que os recursos repassados pelo PNAE aos municípios são utilizados para alimentar as crianças das regiões mais pobres.